



Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem

Acta nº 12

1ª Sessão Ordinária de 2019

Aos dezasseis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, no edifício da Junta, na Terrugem, realizou-se a 1ª Sessão Ordinária de 2019 da Assembleia de Freguesia de São João das Lampas e Terrugem, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PONTO 3 - ORDEM DO DIA

1. Apreciar e Votar as Actas nºs 10 e 11;
2. Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre de 2019;
3. Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 31/2019, relativa à resolução do contrato sobre o posto CTT - Terrugem a funcionar nas instalações da Junta;
4. Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 40/2019, relativa à Tabela de Taxas;
5. Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 47/2019, relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018;
6. Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 54/2019, relativa a Correção ao Mapa de Pessoal para 2019;
7. Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 48/2019, relativa à 1ª Revisão Orçamental de 2019.

Presentes os seguintes membros da Assembleia de Freguesia:.....

1. Carlos Manuel dos Santos Duarte
2. Emídio Parcelas Pardal
3. Vera Sofia Rodrigues da Rocha
4. Fernando da Silva Pires
5. Humberto Manuel Príncipe Duarte

6. José Fernando Morais
7. José Manuel Patrão dos Santos
8. Luis Fernando Alegre dos Santos
9. Ana Maria Domingos Carioca
10. José Fernando Faustino Antunes, em substituição de José António Alves do Paço
11. João Pedro Gaspar Ferreira
12. Ludovico Calado Martins

Verificação

O Vogal Nuno Alfredo da Silva Cardoso informou que chegaria mais tarde. -----
Pela parte do executivo da Junta de Freguesia estiveram presentes todos os seus elementos, nomeadamente, o Presidente, Guilherme Joaquim Coimbra Ponce de Leão, o Secretário, Domingos Bicho Chiolas, a Tesoureira, Lígia Joana Carreira Duarte e os Vogais José Alberto dos Santos Carvalho e Ana Cláudia Branco Rolo. -

ABERTURA

O Senhor Presidente da Assembleia considerou aberta a reunião saudando todos os presentes e informando que o Vogal Nuno Cardoso lhe comunicou que chegaria mais tarde e lhe solicitou se poderia participar nos trabalhos quando chegasse, ao que lhe respondeu afirmativamente, pois quanto maior o número de membros presentes, tanto melhor. -----

Renúncia ao mandato - Disse depois que teve conhecimento da renúncia ao mandato do elemento da CDU, o Sr. Diogo Costa, o que fez por vontade própria, e que era uma excelente mais-valia para esta Assembleia, mas compreendia que a sua vontade era soberana. -----

Tomada de Posse de novo membro - Em sua substituição, estava presente um novo elemento, o Sr. Ludovico Calado Martins que, caso não houvesse qualquer inconveniente por parte da Assembleia e conforme refere o artigo 7º do Regimento, "Os membros da Assembleia de Freguesia podem renunciar ao mandato quer antes quer depois da instalação da Assembleia de Freguesia mediante comunicação escrita, dirigida consoante o caso, a quem deva proceder à instalação ou ao Presidente da Assembleia de Freguesia. A substituição do renunciante efectuar-se-á nos termos do nº 4 do artigo 76º da Lei 169/99 de 18 de Setembro", o qual refere, no seu ponto 3 " A substituição do renunciante processa-se de acordo com o disposto no nº seguinte: A convocação do membro substituto compete à entidade referida no nº 2 e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a 1ª reunião que a seguir se realizar." Assim, e verificando-se as condições legais e tendo os serviços administrativos elaborado um termo de posse, propôs à Assembleia que, ainda antes de dar início à ordem de trabalhos, o Senhor Ludovico Calado Martins, pudesse tomar de posse como novo membro da CDU, o que foi unanimemente aceite, tendo esse documento sido assinado pelo Sr. Presidente e pelo novo membro.-----

Ponto 1 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não se registou qualquer pedido de intervenção, pelo que se passou ao ponto seguinte:-----



Vera Rocha

Ponto 2 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor presidente fez a apresentação de três documentos que chegaram à Mesa:-----

1- Requerimento apresentado pela bancada do Partido Socialista solicitando esclarecimentos sobre os apoios concedidos às colectividades e associações da Freguesia, nomeadamente, protocolos celebrado, informação sobre os montantes concedidos em 2018 e já em 2019. -----

O Sr. Presidente da Junta esclareceu que os montantes atribuídos eram públicos e constavam do mapa distribuído juntamente com as contas de gerência; que apenas foram celebrados contratos programa com meia dúzia de instituições apoiadas com mais de três mil e quinhentos euros, onde constavam as contrapartidas; que os apoios dependiam da actividade desenvolvida por cada uma delas; que os processos respectivos, embora não pudessem ser fotocopiados estariam à disposição dos membros da assembleia que pretendessem consultá-los.-----

---2- a) -Moção apresentada pela CDU " 45º Aniversário do 25 de Abril " (Anexo I), cuja aceitação foi aprovada por unanimidade. Depois de lida pela Secretária Vera Rocha, foi submetida à votação e aprovada por maioria, com 4 votos a favor (CDU e elementos da Mesa) e 8 abstenções (dos restantes elementos presentes).-----

-----b) - Moção apresentada pela CDU " Pelo desenvolvimento do transporte colectivo"(Anexo II), cuja aceitação foi também aprovada por unanimidade. Depois de lida pela Secretária Vera Rocha, foi submetida à votação e igualmente aprovada por maioria, com 4 votos a favor (CDU e elementos da Mesa) e 8 abstenções (dos restantes elementos presentes).-----

Pedidos de Intervenção:-----

Foram feitas as seguintes intervenções:-----

---Vogal Luis Santos que, depois de saudar os presentes e agradecendo a presença de muitos elementos do público, lembrou que o site da Junta continuava sem funcionar, apesar de ter sido dito na última assembleia de 2018, que ele entraria em funcionamento nos primeiros dias de 2019; queria também fazer um alerta para a necessidade de se responder à DGAL até de Junho de 2019, caso não se quisesse aceitar a transferência das competências da Lei 50.

---O Sr. Presidente da Junta disse que estava atento à situação da Lei 50, estando em contacto com a Câmara e com outros presidentes de junta e, oportunamente, traria a proposta à Assembleia de Freguesia; sobre o site, solicitou que fosse o Vogal do executivo, José Alberto Carvalho a dar a explicação, tendo este referido que, de facto, o site já teve no ar, mas que não se conseguia mexer as páginas, porque os documentos estavam em imagem, o que os tornava bastante pesados. Era preciso digitalizá-los de uma forma que os tornasse mais leves e que ficassem certificados. Por isso teve de voltar a ser retirado para alterar essa situação que, em breve estaria resolvida. -----

---O Sr. Presidente da Assembleia solicitou que um dos primeiros documentos a publicar que fosse o Regimento. -----

-----Vogal Ludovico Martins - Saudou os presentes e quis deixar, em nome da CDU, um agradecimento ao seu antecessor, Sr. Diogo Costa, ao longo dos últimos



2 anos; fez também a sua apresentação, dizendo que morava na Terrugem e que fazia parte da Concelhia de Sintra do PCP. Posto isto, fez as seguintes perguntas:-----

1)- Sobre o destino da antiga escola de S. João das Lampas, que foi recuperada. Isto porque ouviu dizer que o edifício se destinava a biblioteca escolar e, a ser verdade, onde que ficaria o ATL da escola que continuava a funcionar no refeitório. E se não poderia ser biblioteca e ATL?-----

2) Sobre a área de reabilitação urbana de Terrugem, que foi alargada até ao final de Terrugem e, uma vez que se trata de um plano a dez anos, se não poderia ir até Vila Verde? Onde é que a Junta interveio para definir estes limites?

3) A recolha do lixo e dos monos estava no bom caminho, mas o problema dos verdes continuava. Pergunta se a Junta já teria pensado em colocar contentores específicos para o efeito, a distribuir pela Freguesia.-----

4) Site da Junta - questão já referida anteriormente- mas queria perguntar se não se poderia usar o facebook para publicitar as reuniões da Assembleia, visando uma maior participação do público?-----

5) Com o aproximar das eleições, queria perguntar de que forma é que a Junta tinha preparado as eleições, tendo em conta as alterações a nível dos cadernos eleitorais que passaram a ficar ordenados alfabeticamente e não por número de eleitor, perguntando se iria haver modificação nos locais de voto.-----

---O Sr. Presidente da Junta disse, relativamente à antiga escola de S. João, a informação que tinha é que iria ser uma biblioteca, mas também já lhe tinham dito que iria ser outra coisa. Estava à espera da presidência aberta para obter esse esclarecimento e outros, mas este assunto é da alçada exclusiva da Câmara. O mesmo em relação à área de reabilitação, que foi votada na Assembleia Municipal e vai ser executada mediante o que ali foi aprovado. Quanto aos verdes, a Junta está, desde 3 de Dezembro, a recolher verdes e monos que são depositados junto dos contentores, tendo, agora, com a chegada da nova viatura, aumentado a sua capacidade de resposta. No entanto, acrescentou que era preocupante a quantidade de resíduos de toda a espécie que se despejavam abusivamente nos caminhos mais escondidos e em pinhais. A publicitação das assembleias é feita nos locais de estilo distribuídos pela Freguesia. Em relação às eleições, mantêm-se as mesmas mesas de voto. -----

PONTO 3 - ORDEM DO DIA

1 -Apreciar e Votar as Actas nºs 10 e 11;-----

---Acta nº 10 - O Vogal Luís Santos referiu que, como se sabia, o Sr. Presidente efectivo, não esteve presente nessa reunião, de 20 de Dezembro de 2018, tendo sido substituído pelo Secretário Emídio Pardal, mas na acta, sempre que intervinha, **U**mas vezes aparecia como Presidente da Assembleia, outras vezes como Presidente da Mesa, achando que o correcto seria vir referido como "Presidente em Substituição", para que ficasse claro. Na página nº 7, está mencionada uma votação, mas não aparece mencionado quem votou contra, a favor, ou se absteve e isso deveria vir mencionado. -----

---O Sr. Presidente considerou as observações feitas e colocou à votação a acta nº 10, com as ressalvas apontadas, tendo o resultado sido o seguinte: Aprovada por unanimidade, mas sem o voto dos elementos que não estiveram presentes na reunião em causa. -----

---Acta nº 11 - Não se verificou qualquer pedido de intervenção, pelo que o Sr. Presidente colocou à votação a acta nº 11, tendo o resultado sido o seguinte: Aprovada por unanimidade, mas sem o voto dos elementos que não estiveram presentes na reunião em causa. -----

2-Informação Escrita do Presidente sobre a actividade do 1º Trimestre de 2019;-----

Intervenções: - O Vogal João Ferreira solicitou esclarecimentos acerca do controlo orçamental da despesa no capítulo das despesas com pessoal em regime de tarefa ou avença, em que a dotação corrigida subiu cerca de 20 mil euros, sensivelmente o dobro da de 2018, pelo que gostava que o executivo explicasse; No respeitante à manutenção e conservação de espaço público, em que havia 175 mil euros e no ano passado havia 125 mil euros e fechámos com 111 mil. Quais as razões para este aumento de 50 mil euros? Quanto a estudos, projectos e consultadoria, verificou que havia uma quebra de cerca de 30%. A que se devia esta situação? Uma última questão sobre "viadutos arruamentos e obras complementares", verificava-se uma subida na ordem dos 30 mil euros, mas no 1º trimestre já temos tanto como em todo o ano passado. Gostava de saber as razões.-----

---O Sr. Presidente da Junta, esclareceu que o aumento das despesas com pessoal em regime de avença tinha a ver com a nova competência de recolha de monos e verdes protocolada com a Câmara e em que foi preciso fazer 2 avenças; Relativamente ao aumento verificado na dotação da rubrica da manutenção do espaço público, reflectia o que vinha no plano plurianual aprovado pela Assembleia de Freguesia, que previa 50 mil euros para 2018 e 100 mil para 2019; quanto aos projectos e consultadoria, como as obras previstas para este ano não necessitavam de grandes despesas nesta matéria, foi reduzida a respectiva dotação; Os trabalhos enquadrados na rubrica "viadutos e obras complementares", este ano, iniciaram-se mais cedo, daí já se ter gasto quase tanto como no ano de 2018. -----

3- Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 31/2019, relativa à resolução do contrato sobre o posto CTT - Terrugem a funcionar nas instalações da Junta;-----

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Presidente da Junta que sublinhou os aspectos contidos na proposta, visando a resolução do contrato com os CTT, pois as despesas eram bastante superiores às receitas provenientes dos correios. Existia, no entanto, a preocupação com a população que sentiria a falta de um posto de correios. Daí ter sido sondada uma entidade privada bastante próxima que se disponibilizou para aceitar esse serviço. Tinha informação de que tudo estava bem encaminhado e que os CTT, a partir de Junho iriam encerrar na Junta e passar para essa entidade privada, com as mesmas valências que haviam na Junta. Mas a essa entidade já os CTT iriam pagar o dobro do que pagavam à Junta, alegando que a nossa funcionária atendia um número

Auto de Encerramento
Vera Paiva

muito limitado de clientes, o que não era verdade. Pelo exposto, solicitava à Assembleia que apoiasse o executivo nesta decisão de encerrar o posto de correios na Junta.

---O Vogal Luis Santos fez a seguinte intervenção: "Em nome da bancada do Partido Socialista e relativamente a esta proposta, não querendo ser mal interpretados, pedíamos à Assembleia para nos retirarmos da votação. Tem isto a ver com a situação da passagem para uma terceira entidade. Muito obrigado."

---O Senhor Presidente da Assembleia disse que a bancada do PS era livre de tomar as suas decisões mas, pessoalmente, não via qualquer incompatibilidade entre a bancada do Partido Socialista e a decisão desta Assembleia, mas cumpria-lhe respeitar a decisão que tomaram.

---O Vogal Ludovico Martins disse que a CDU iria votar a favor da proposta, uma vez que todo este processo foi bem conduzido pelo executivo, deixando claro que esse voto a favor da proposta não era porque agradasse o encerramento dos CTT, apesar de haver apenas uma substituição do local, mas porque compreendia a posição do executivo. Nunca se percebeu muito bem como é que o governo PSD/CDS tinha privatizado os CTT até porque era um serviço de proximidade e coesão social que, mesmo que pouco, sempre deu algum lucro. A CDU continuaria sempre a lutar por um posto de CTT na Freguesia.

---O Senhor Presidente da Junta disse ainda que, ao executivo, pouco interessava que desse ou não lucro, mas o governo Passos Coelho, quando da privatização dos CTT, fez mal em não ter consultado as juntas que tinham postos de correio e sabia, de fonte segura, que nem o governo nem os CTT se lembraram que havia protocolos assinados com as freguesias, pelo que a situação não foi alterada. E quando se estava a despende dinheiro dos contribuintes para uma empresa privada havia que se tomar uma posição. Se os Correios fossem do Estado, esta questão nunca se colocaria, pois mesmo que este posto desse prejuízo, havia uma função de Estado a desempenhar pela Junta, o que deixou de acontecer com a privatização.

---O Senhor Presidente da Assembleia fez a seguinte declaração : " Como todos os elementos aqui presentes saberão, a minha entidade patronal dão os Correios de Portugal, pelo que facilmente compreenderão que eu não tomarei parte da votação que se irá seguir, pelo que me irei ausentar da sala".

---O Secretário, Emídio Pardal, assumindo momentaneamente as funções de presidente, colocou à votação a proposta nº 31/2019 do executivo, tendo-se verificado o seguinte resultado: Aprovada por unanimidade, com os votos a favor dos 7 elementos presentes, dado que os 4 vogais do Partido Socialista e o Sr. Presidente se ausentaram e não participaram na votação.

---O Senhor Presidente da Junta fez a seguinte declaração: " - Embora compreenda as razões que levaram a retirada de alguns elementos, queria agradecer à Assembleia o voto de confiança que nos deram face a uma decisão tão difícil de tomar. Acreditem que não foi de ânimo leve que o executivo tomou esta decisão. Isto só prova que estamos a trabalhar em prol daquilo que serve a Freguesia, as pessoas e, no nosso dia-a-dia, não nos move outra coisa que não sejam os interesses da Freguesia. Muito obrigado.

---Recomposta a sala, foram retomados os trabalhos, tendo o Senhor Presidente anunciado o ponto seguinte: -----

4-Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 40/2019, relativa à Tabela de Taxas;-----

--- O Sr. Presidente da Junta fez a apresentação do documento, lembrando que este ponto já tinha à Assembleia, mas acabou por ser retirado por terem surgido dúvidas. Clarificadas essas dúvidas, submetia-se novamente a tabela de taxas à apreciação da Assembleia. -----

---O Vogal Luis Santos, pediu para intervir, referindo que, quanto à tabela não tinha nada a acrescentar, mas pretendia pedir ao executivo se podia introduzir um regime de excepção para todas as associações e comissões de festas que precisassem do espaço multiusos de S. João das Lampas e recinto polivalente Sousa Leitão na Terrugem, que as permitisse ficar isentas de taxas.-----

---VOTAÇÃO: - Considerada esta solicitação, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta nº 40/2019 do executivo relativa à tabela de taxas, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

5 - Appreciar e Votar a proposta do Executivo nº 47/2019, relativa ao Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2018;-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão, não se tendo registado qualquer pedido de intervenção, pelo que a proposta foi colocada à Votação e aprovada por maioria sem qualquer voto contra, 5 abstenções (do PS e CDU) e 7 votos a favor (dos restantes membros presentes). -----

6 - Appreciar e Votar a proposta do Executivo nº 54/2019, relativa a Correção ao Mapa de Pessoal para 2019;-----

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão, tendo pedido para intervir o Vogal Luis Santos referindo que, na descrição do documento anterior fala em sete operacionais na descrição dos elementos do mapa, mas nesta proposta são referidos oito operacionais, pelo que gostava de ser esclarecido. -----

---O Sr. Presidente da Junta informou que os serviços iriam verificar o que estava na base desta divergência e seria dada informação imediata. No entanto seriam 7 o número de assistentes operacionais a considerar. -----

--O Sr Presidente da Assembleia fez a seguinte intervenção : "Embora se trate de um erro de impressão que, obviamente não deveria ter acontecido, pergunto à Assembleia se entende que a proposta deverá ser retirada para voltar numa próxima reunião, ou submeter à votação esta proposta e, se efectivamente ela for votada favoravelmente, que seja condicionada à devida correcção, pelo que submeto à Assembleia a decisão." -----

---A Vogal Ana Carioca disse que, de acordo com a Lei 75/2013, as propostas, uma vez submetidas não podem ser alteradas.-----

---O Sr Presidente da Junta disse que este mapa de pessoal era exactamente o mesmo que tinha estado na Assembleia de Freguesia de Dezembro e que já estava aprovado. Voltou unicamente para se clarificar se os lugares a preencher eram por contrato a termo incerto ou indeterminado não se pretendendo fazer qualquer alteração ao mapa de pessoal. -----

O Sr. Presidente da Assembleia fez a seguinte intervenção “- Efectivamente, lendo o nº 3 deste artigo 9º da Lei 75, não posso deixar de concordar, pois ele é claro no que diz respeito ao facto de não poderem ser alterados nesta assembleia, qualquer elemento em apreciação. Entendo também - e é só a minha opinião pessoal, que gostaria ficasse registada - que percebo claramente que houve aqui um mero lapso na indicação do número de assistentes operacionais. Percebeu-se pela discussão que aqui foi trazida, que efectivamente são sete e, por qualquer lapso, foi colocado oito. Não posso, no entanto, deixar de concordar com a bancada do Partido Socialista, quando refere que não podem ser feitas alterações nesta matéria. Pergunto, mais uma vez, à Assembleia se posso continuar com a votação.

---O Vogal Ludovico fez a seguinte intervenção: “ -Quando se refere a Mapa de Pessoal, estamos a falar da vida das pessoas que podem ser contratadas ou não. Isto é, se não aprovarmos o mapa de pessoal, em vez de poderem ser contratadas amanhã poderão ser contratadas daqui a três meses. A CDU vê perfeitamente bem que não há aqui qualquer tentativa de se estar a enganar alguém e percebe-se que, em vez de um 8 deveria lá estar um 7 e obviamente, aquilo acabará por ser automaticamente acertado. Por isso a CDU não vê qualquer problema em continuar com a votação desta proposta.

---O Vogal José Manuel Patrão interveio para dizer que concordava que se continuasse com a votação

---O Senhor Presidente da Assembleia disse que, tentando perceber as sensibilidades das diferentes bancadas, lhe parecia que ser possível colocar a proposta à votação, sendo que ela deverá contemplar a correcção de 8 para 7 e alterar, assim, o total. Pareceu-lhe ser essa a vontade desta Assembleia pelo que perguntou se poderia colocar a proposta à votação. Ninguém se opôs, pelo que a proposta de Mapa de Pessoal, com SETE assistentes operacionais, foi colocada à votação, tendo obtido o seguinte resultado: Aprovada por maioria, sem qualquer voto contra, cinco abstenções (PS + CDU) e sete votos a favor (dos restantes membros).

---A Vogal Ana Carioca, em declaração de voto, fez a seguinte intervenção: “ A bancada do Partido Socialista absteve-se por uma questão formal, pois nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 9º da Lei 75/2013, a proposta que tem dois erros (no número de assistentes operacionais e no número total de funcionários) não pode ser alterada nesta Assembleia. A abstenção é por entendermos que formalmente, a mesma não poderia ser votada, pois o número total de funcionários que está no mapa são catorze, quando deveriam ser treze. Não tem nada a ver com o procedimento da contratação. É mesmo uma questão formal, mas o formalismo é para se respeitar e por isso abtemo-nos.”

7 - Apreciar e Votar a proposta do Executivo nº 48/2019, relativa à 1ª Revisão Orçamental de 2019......

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o assunto à discussão, mas não se registou qualquer pedido de intervenção, pelo que a proposta foi colocada à votação, tendo obtido o seguinte resultado: Aprovada sem qualquer voto contra; 2 abstenções (CDU e PS-Ana Carioca) e 10 votos a favor (dos restantes membros presentes).

[Handwritten signatures and initials]
Vera Rocha

ENCERRAMENTO - Não havendo mais assuntos a tratar, quando eram vinte e duas horas e cinquenta e cinco minutos, o Senhor Presidente propôs a aprovação da acta em minuta, o que foi aprovado por unanimidade, agradeceu a presença do público, sublinhando as palavras do vogal Luís Santos a propósito do público, pois considera muito gratificante para todos, ver-se uma sala cheia. Logo após declarou encerrada a reunião, no final da qual e para que conste, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da mesa. -

.....
E eu, *[Signature]*, na
qualidade de funcionário designado para o efeito, a subscrevo.

[Signature]
Vera Rocha

~~Vera Rocha~~ Vera Rocha
Eusebio
Anexo II

Moção

Pelo desenvolvimento do transporte colectivo

Depois de anos de luta, o mês de Abril marca o início do alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma importante redução do preço.

Este alargamento pode ser visto como um importante marco nos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, com o abandono da sua progressiva mercantilização, e uma aposta renovada num serviço público de qualidade. Estamos, sem dúvida, perante o maior avanço nos transportes públicos desde 1976, com uma redução de custos para os utentes, acompanhada de um significativo aumento da mobilidade garantida.

Um avanço que, como se impõe, deverá potenciar uma opção massiva pelo transporte público, para o que precisa ainda de ser completado com um aumento da oferta, da qualidade e da fiabilidade dos transportes públicos, com um reforço do investimento público nos transportes públicos.

Assim, o eleito da CDU propõem que a Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, reunida em sessão ordinária dia 16 de Abril de 2019, delibere:

1. Recordar e saudar a sua deliberação que, por proposta da CDU, exigiu a criação do passe social único intermodal e alargado a todos os operadores para a Área metropolitana de Lisboa;
2. Englobar nesta saudação todos aqueles que nunca desistiram de lutar pelo Alargamento do Passe Social Intermodal;
3. Saudar todos aqueles que participaram no conjunto das decisões que tornaram possível este avanço, nomeadamente: os presidentes e vereadores das 18 Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa; os eleitos das Assembleias Municipais dos 18 municípios; o Secretariado Executivo da Área Metropolitana de Lisboa; aqueles que no Governo e na Assembleia da República, aprovaram e fizeram aplicar o PART - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos.
4. Exigir do Governo a adopção de medidas urgentes para alargar a oferta de transportes públicos na AML:
 - 4.1. Que autorize as empresas a contratar os trabalhadores operacionais em falta, aumentando a oferta, acabando com os atrasos na manutenção e repovoando as estações;
 - 4.2. Que avance com investimentos na infra-estrutura, que promova o alargamento da rede de transportes, a modernização da rede ferroviária e a expansão da rede do Metro;

~~ATA~~
ANEXO I
Eucif
Vera Rabe

Moção

Pelo desenvolvimento do transporte colectivo

Depois de anos de luta, o mês de Abril marca o início do alargamento do Passe Social Intermodal a todos os operadores, todas as carreiras, toda a Área Metropolitana de Lisboa, com uma importante redução do preço.

Este alargamento pode ser visto como um importante marco nos transportes públicos da Área Metropolitana de Lisboa, com o abandono da sua progressiva mercantilização, e uma aposta renovada num serviço público de qualidade. Estamos, sem dúvida, perante o maior avanço nos transportes públicos desde 1976, com uma redução de custos para os utentes, acompanhada de um significativo aumento da mobilidade garantida.

Um avanço que, como se impõe, deverá potenciar uma opção massiva pelo transporte público, para o que precisa ainda de ser completado com um aumento da oferta, da qualidade e da fiabilidade dos transportes públicos, com um reforço do investimento público nos transportes públicos.

Assim, o eleito da CDU propõem que a Assembleia da União de Freguesias de São João das Lampas e Terrugem, reunida em sessão ordinária dia 16 de Abril de 2019, delibere:

1. Recordar e saudar a sua deliberação que, por proposta da CDU, exigiu a criação do passe social único intermodal e alargado a todos os operadores para a Área metropolitana de Lisboa;
2. Englobar nesta saudação todos aqueles que nunca desistiram de lutar pelo Alargamento do Passe Social Intermodal;
3. Saudar todos aqueles que participaram no conjunto das decisões que tornaram possível este avanço, nomeadamente: os presidentes e vereadores das 18 Câmaras da Área Metropolitana de Lisboa; os eleitos das Assembleias Municipais dos 18 municípios; o Secretariado Executivo da Área Metropolitana de Lisboa; aqueles que no Governo e na Assembleia da República, aprovaram e fizeram aplicar o PART - Programa de Apoio à Redução do Tarifário dos Transportes Públicos.
4. Exigir do Governo a adopção de medidas urgentes para alargar a oferta de transportes públicos na AML:
 - 4.1. Que autorize as empresas a contratar os trabalhadores operacionais em falta, aumentando a oferta, acabando com os atrasos na manutenção e repovoando as estações;
 - 4.2. Que avance com investimentos na infra-estrutura, que promova o alargamento da rede de transportes, a modernização da rede ferroviária e a expansão da rede do Metro;